

RANIERO CANTALAMESSA



2020
PREGAÇÕES DO ADVENTO

Editado por 

**Pregações do Advento
à Cúria Romana
2020**

Cardeal Raniero Cantalamessa, OFMCap

Tradução do italiano pelo P Ricardo Farias

Fonte:

www.vaticannews.va



ENSINA-NOS A CONTAR OS NOSSOS DIAS,
PARA QUE O NOSSO CORAÇÃO A SABEDORIA ALCANCE
(SI 90,12).

PRIMEIRA PREGAÇÃO

Um de nossos poetas, Giuseppe Ungaretti, descreve o estado de espírito dos soldados nas trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial com um poema composto de apenas nove palavras:

Nós ficamos
como no outono
nas árvores
as folhas.

Hoje é toda a humanidade que experimenta essa sensação de precariedade e caducidade por conta da pandemia. “O Senhor – escreveu São Gregório Magno – ora por palavras, ora por factos nos adverte”^[1]. No ano marcado pelo grande e terrível “facto” do coronavírus, esforcemo-nos por captar o ensinamento que daí cada um de nós pode tirar para a própria vida pessoal e espiritual. São reflexões que podemos fazer apenas entre nós,

fiéis, e que talvez seria pouco prudente propor, neste momento, indistintamente a todos, para não aumentar a perplexidade que a pandemia provoca em alguns no que se refere à fé.

As verdades eternas sobre as quais queremos refletir são: primeiro, que todos somos mortais e “não temos aqui cidade permanente”; segundo, que a vida do fiel não termina com a morte porque nos aguarda a vida eterna; terceiro, que não estamos sós no pequeno barco do nosso planeta, porque a “Palavra se fez carne e veio morar entre nós”. A primeira dessas verdades é um objeto de experiência, as outras duas são objetos de fé e esperança.

“Memento mori!”

Iniciemos meditando hoje sobre a primeira destas “máximas eternas”: a morte. Ela está resumida na antiga sentença que os monges Trapistas escolheram como lema da sua Ordem, “Memento mori”: lembra-te de que morrerás.

Da morte, pode-se falar de duas maneiras diversas: ou em chave querigmática, ou em chave sapiencial. O primeiro modo consiste em proclamar que Cristo venceu a morte; que ela não é mais um muro contra o qual tudo se quebra, mas uma ponte rumo à vida eterna. O modo sapiencial ou existencial consiste, ao invés, em refletir sobre a realidade da morte tal como ela se apresenta à experiência humana, com o objetivo de daí colher lições para bem viver. É a perspectiva em que nos colocamos nesta meditação.

Este último é o modo em que se fala da morte no Antigo Testamento e, em particular, nos livros sapienciais: “Ensina-nos a contar os nossos dias, para que o nosso coração alcance a sabedoria”, pede a Deus o salmista (Sl 90,12). Tal maneira de olhar a morte não termina com o Antigo Testamento, mas continua também no Evangelho de Cristo. Recordemos a sua admoestação: “Vigiai, portanto, pois não sabeis o dia, nem a hora” (Mt 25,13), a conclusão da parábola do rico que projetava construir celeiros maiores para a sua colheita: “Insensato! Ainda nesta noite vão tomar a tua vida. E o que acumulaste, para quem será?” (Lc 12,20), e, ainda, a sua frase: “Que adianta a alguém ganhar o mundo inteiro, mas arruinar a sua vida?” (cf. Mt 16,26).

A tradição da Igreja apropriou-se deste ensinamento. Os Padres do deserto cultivavam o pensamento da morte, até fazer disso uma prática constante e mantê-lo vivo com todos os meios. Um deles, que trabalhava tecendo fio de lã, tinha tomado o hábito de deixar o fuso cair, de vez em quando, e “de pôr a morte diante dos próprios olhos antes de o pegar novamente”^[2]. “Pela manhã – exorta a *Imitação de Cristo* – pensa que não chegarás à noite, e à noite, não te prometas o dia seguinte” (I,23). Santo Afonso Maria de Ligório escreve um tratado intitulado *Preparação para a morte*, que tem sido, por séculos, um clássico da espiritualidade católica.

Tal modo sapiencial de falar da morte encontra-se em todas as culturas, não apenas na Bíblia e no cristianismo. Está presente, secularizado, também no pensamento moderno, e vale a pena acenar brevemente às conclusões a que chegaram dois pensadores, cuja influência ainda é forte na nossa cultura.

O primeiro é Jean-Paul Sartre. Ele inverteu a relação clássica entre essência e existência, afirmando que a existência vem antes e é mais importante do que a essência. Traduzido em termos simples, isso quer dizer que não existe uma ordem e uma escala de valores objetivos e anteriores a tudo – Deus, o bem, os valores, a lei natural – à qual o homem deve conformar-se, mas que tudo deve partir da própria existência individual e da própria liberdade. Cada pessoa deve inventar e realizar o seu destino como o rio que, avançando, cava sozinho o próprio leito. A vida é um projeto que não está escrito em parte alguma, mas é decidido pelas próprias e livres escolhas.

Este modo de conceber a existência ignora completamente o dado da morte e, por isso, é refutado pela realidade mesma da existência que se quer afirmar. O que pode projetar o homem, se não sabe – nem depende dele – se amanhã ainda estará vivo? A sua tentativa assemelha-se à de um prisioneiro que passa todo o tempo a projetar o melhor itinerário a seguir para passar de uma parede à outra da sua cela.

Mais credível, sobre este ponto, é o pensamento de outro filósofo, Martin Heidegger, que também parte de premissas análogas e se move no mesmo viés do existencialismo. Definindo o homem como um “ser-para-a-

morte”^[3], ele faz da morte não um incidente que põe fim à vida, mas a substância mesma da vida, aquilo de que é feita. Viver é morrer. O homem não pode viver sem queimar e encurtar a vida. Cada minuto que passa é subtraído da vida e dado à morte, como, percorrendo de carro uma estrada, vemos casas e árvores desaparecerem rapidamente atrás de nós. Viver para a morte significa que a morte não é só o fim, mas também o objetivo da vida. Nasce-se para morrer, não para outra coisa.

Qual é, então – pergunta-se o filósofo – aquele “núcleo sólido, certo e intransponível” ao qual a consciência chama o homem e sobre o qual se deve fundar a sua existência, se quiser ser “autêntica”? Resposta: o seu nada! Todas as possibilidades humanas são, na realidade, impossibilidades. Toda tentativa de projetar-se e de elevar-se é um salto que parte do nada e termina no nada^[4]. Resta resignar-se, fazer – como se diz – uma virtude da necessidade e até amar o próprio destino. Uma versão moderna do *amor fati* dos estóicos.

Santo Agostinho também antecipara esta intuição do pensamento moderno sobre a morte, mas para daí tirar uma conclusão totalmente diversa: não o niilismo, mas a fé na vida eterna.

Quando nasce um homem – escrevia – fazem-se tantas hipóteses: talvez será belo, talvez será feio; talvez será rico, talvez será pobre; talvez viverá muito, talvez não... Mas de nenhum se diz: talvez morrerá, talvez não morrerá. Esta é a única coisa absolutamente certa da vida. Quando sabemos que alguém está doente de hidropisia (à época, doença incurável; hoje são outras), dizemos: “Coitado, deverá morrer; está condenado, não há remédio”. Mas não deveríamos dizer o mesmo sobre alguém que nasce? “Coitado, deverá morrer, não há remédio, está condenado!”. Que diferença há se em um tempo mais ou menos longo ou breve? A morte é a doença mortal que se contrai ao nascer^[5].

Dante Alighieri condensou em apenas um verso esta visão agostiniana, definindo a vida humana sobre a terra “um viver que é um correr à morte”^[6].

Na escola da “irmã morte”

No avançar da tecnologia e das conquistas da ciência, coríamos o risco de ser como aquele homem da parábola que diz para si mesmo: “Minh’alma, tens uma boa reserva para muitos anos. Descansa, come, bebe, diverte-te!” (Lc 12,19). A presente calamidade veio para nos recordar de que bem pouco depende do homem “projetar” e decidir o próprio futuro.

A consideração sapiencial da morte conserva, depois de Cristo, a mesma função que tem a lei depois da vinda da graça. Também ela serve para guardar o amor e a graça. A lei – está escrito – foi feita para os pecadores (cf. 1Tm 1,9), e nós ainda somos pecadores, isto é, sujeitos à sedução do mundo e das coisas visíveis, tentados sempre a “nos conformarmos com este mundo” (cf. Rm 12,2). Não há melhor ponto em que se colocar para ver o mundo, a si mesmo e todos os acontecimentos, em sua verdade, que aquele da morte. Então, tudo toma o lugar certo.

O mundo aparece frequentemente um emaranhado inextricável de injustiças e desordem, ao ponto de que tudo parece acontecer ao acaso e não haver qualquer coerência ou desígnio. Uma espécie de pintura sem forma, em que todos os elementos e cores parecem postos ao acaso, como em certas pinturas modernas. Frequentemente, vê-se a iniquidade triunfar e a inocência, punida. Mas, para que não se creia que no mundo haja algo de fixo e constante, eis – notava Bossuet – que, às vezes, vê-se o contrário, isto é, a inocência no trono e a iniquidade no patíbulo!

Há um ponto do qual observar este imenso quadro e decifrar o seu significado? Sim, é o “fim”, isto é, a morte, à qual segue imediatamente o juízo de Deus (cf. Hb 9,27). Visto daqui, tudo assume o seu justo valor. A morte é o fim de todas as diferenças e injustiças que existem entre os homens. A morte, dizia o nosso comediante Totó, é um “nível”, cancela todos os privilégios.

Olhar a vida do ponto de observação da morte dá uma ajuda extraordinária para viver bem. Está angustiado por problemas e dificuldades? Vá à frente, coloque-se no ponto certo: olhe estas coisas do leito de morte. Como gostaria de ter agido? Que importância daria a estas coisas? Tem uma discórdia com alguém? Olhe a coisa do leito de morte. O que gostaria de ter feito então: ter vencido, ou ter-se humilhado? Ter prevalecido, ou ter perdoado?

O pensamento da morte impede-nos de nos apegarmos às coisas, de fixar aqui na terra a morada do coração, esquecendo que “não temos aqui cidade permanente” (Hb 13,14). O homem, diz um salmo, “quando morrer, não levará nada, e a sua riqueza não descerá com ele” (Sl 49,18). Na antiguidade, costumava-se sepultar o rei com as suas joias. Isso encorajava, naturalmente, a prática de violar as tumbas para saquear os tesouros. Foram encontradas tumbas desse tipo, em que, para afastar os profanadores, colocava-se sobre o sarcófago um escrito: “Aqui estou apenas eu”. Como era verdadeiro esse escrito, mesmo que a tumba escondesse, de facto, joias! “O homem, quando morrer, não levará nada”.

A Irmã Morte é realmente uma boa irmã mais velha e uma boa pedagoga. Ensina-nos tantas coisas, se apenas soubermos escutá-la com docilidade. A Igreja não tem medo de nos mandar à sua escola. Na liturgia da quarta-feira de cinzas, há uma antífona de tons fortes, que soa ainda mais forte no texto original em latim. Diz: *Emendemus in melius quae ignoranter peccavimus; ne subito praeoccupati die mortis, quaeramus spatium poenitentiae, et invenire non possimus*. “Emendemos para o bem, o mal que praticamos por ignorância; não seja que, surpreendidos pelo dia da morte, procuremos tempo de penitência, e não possamos achá-lo”. Um dia, uma só hora, uma boa confissão: como nos apareceriam diversas coisas naquele momento! Como as teríamos preferido, ao invés de cetros e reinos, da vida longa, da riqueza e da saúde!

Tenho em mente um outro âmbito em que temos a necessidade urgente da Irmã Morte como mestra, além do campo ascético: a evangelização. O pensamento da morte é quase a única arma que nos ficou para mover-nos do torpor de uma sociedade opulenta, à qual aconteceu o mesmo que ao povo eleito libertado do Egito: “Engordou e deu coices – ficaste gordo, robusto, corpulento –, voltou as costas a Deus, que o fez” (Dt 32,15).

Num momento delicado da história do povo eleito, Deus disse ao profeta Isaías: “Clama!”. O profeta respondeu: “Que clamarei?”, e Deus: que “toda carne é como a erva, e toda a sua glória, como a flor do campo. Seca-se a erva e cai a flor, quando sopra sobre elas o vento do Senhor” (Is 40,6-7). Acredito que Deus dê hoje esta mesma ordem aos seus profetas e fá-lo porque ama os seus filhos e não quer que “como ovelhas no Xeol

desçam precipitados para o túmulo onde a morte os apascenta” (cf. Sl 49,15).

O questionamento acerca do sentido da vida e da morte desempenhou uma tarefa notável na primeira evangelização da Europa e não se exclui que possa desempenhar uma semelhante no atual esforço para a sua re-evangelização. Se há algo que, de facto, não mudou em nada desde então é justamente isto: que os homens devem morrer. O Venerável Beda narra como o cristianismo fez a sua entrada no norte da Inglaterra, vencendo as resistências do paganismo. O rei convocou a grande assembleia do seu reino para decidir a questão sobre deixar entrar ou não os missionários cristãos. Havia opiniões divergentes, quando se levantou um dos dignitários e pronunciou, em síntese, este discurso:

«A vida do homem sobre a terra, ó rei, pode ser descrita assim. Imagina que seja inverno. Tu sentas-te para jantar com os teus duques e os teus ajudantes. Ao centro do salão, arde uma fogueira, que aquece o ambiente, enquanto fora assalta a tempestade invernal, com chuva e neve. Um passarinho chega de improviso ao teu palácio; entra por uma abertura e, rapidamente, sai pelo outro lado. Enquanto está dentro, está protegido do frio do inverno, mas, após um momento, eis que irrompe na escuridão da qual veio e desaparece de vista. Assim é a nossa vida! Ignoramos o que a precede e o que se seguirá... Se esta nova doutrina puder dizer-nos algo de certo sobre ela, creio que devemos escutá-la».^[7]

Foi o questionamento posto pela morte que abriu caminho ao Evangelho, como uma brecha sempre aberta no coração do homem. A recusa da morte, não o instinto sexual, é a base de toda a ação humana, escreveu um conhecido psicólogo contra Freud^[8].

“Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã a Morte corporal”

Mas como – perguntamos – voltamos a ter medo da morte? Jesus não veio para “libertar os que, por medo da morte, estavam a vida toda sujeitos à escravidão” (Hb 2,15)? Sim, mas é preciso ter conhecido este medo, para dele sermos libertados. Jesus veio para ensinar o medo da morte eterna àqueles que não conheciam além do medo da morte temporal.

A “segunda morte”, assim a chama o Apocalipse (Ap 20,6); ela é a única que merece realmente o nome de morte, porque não é uma passagem, uma Páscoa, mas um terrível terminal. É para salvar os homens desta desgraça que devemos voltar a pregar sobre a morte. Ninguém mais do que Francisco de Assis conheceu o rosto novo, pascal, da morte cristã. A sua morte foi realmente uma passagem pascal, um “transitus”, como é celebrado na liturgia franciscana. Quando se sentiu próximo do fim, o Pobrezinho exclamou: “Bem-vinda seja a minha irmã morte!”^[9]. E também no *Cântico das Criaturas*, ao lado de palavras dulcíssimas sobre a morte, ele tem algumas das mais terríveis:

“Louvado sejas, meu Senhor, por nossa Irmã a Morte corporal,
da qual nenhum homem vivo pode escapar.
Ai dos que morrerem em pecados mortais!
Felizes os que ela achar conformes à vossa santíssima vontade,
porque a morte segunda não lhes fará mal!”.

Ai daqueles que morrerão em pecado mortal! “O agulhão da morte é o pecado”, afirma o Apóstolo (1Cor 15,56). O que dá à morte o seu mais terrível poder de angustiar o homem e de lhe causar medo é o pecado. Se alguém vive em pecado mortal, para ele a morte ainda tem agulhão, o veneno, como antes de Cristo, e, por isso, fere, mata e manda para a Geena. Não tenhais medo – diria Jesus – da morte que mata o corpo e depois não pode fazer mais nada. Temei aquela morte que, depois de ter matado o corpo, tem o poder de lançar-vos à Geena (cf. Lc 12,4-5). Tire o pecado e você também tirou o agulhão da morte!

Instituindo a Eucaristia, Jesus antecipou a própria morte. Nós podemos fazer o mesmo. Antes, Jesus inventou este meio para nos fazer participantes da sua morte, para nos unir a si. Participar da Eucaristia é o modo mais verdadeiro, mais justo e mais eficaz de “nos prepararmos” para a morte. Nela, celebramos a nossa fé e a oferecemos, dia após dia, ao Pai. Na Eucaristia, nós podemos elevar ao Pai o nosso “amém, sim”, ao que nos aguarda, ao género de morte que ele irá querer permitir para nós. Nela, nós “fazemos testamento”: decidimos a quem deixar a vida, por quem morrer.

Nascemos, é verdade, para poder morrer; a morte não é só o fim, mas também o fim da vida. Isso, porém, longe de parecer uma condenação, como dizia o filósofo recordado acima, parece, ao invés, um privilégio. “Cristo mesmo – diz São Gregório de Nissa – nasceu para poder morrer”^[10], isto é, para poder dar a vida em resgate por todos. Também nós recebemos em dom a vida para ter algo de único, de precioso, de digno de Deus, para poder, por nossa vez, oferecer-lha em dom e em sacrifício. Que uso mais bonito se pode pensar para a vida, senão fazer dela dom, por amor, ao Criador, que, por amor, no-la deu? Nós podemos fazer nossas as palavras pronunciadas pelo sacerdote no ofertório da Missa, sobre o pão e o vinho, e dizer: “A nossa vida que recebemos da vossa bondade, que agora vos apresentamos e que para nós se vai tornar um sacrifício vivo, santo e agradável” (cf. Rm 12,1).

Com tudo isto, não tiramos o aguilhão do pensamento da morte – a sua capacidade de nos angustiar, que Jesus também quis experimentar no Getsémani. No entanto, pelo menos estamos mais preparados para acolher a consoladora mensagem que nos chega da fé e que a liturgia proclama no prefácio da Missa pelos defuntos: “Senhor, para os que creem em vós, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito o nosso corpo mortal, nos é dado, nos céus, um corpo imperecível”.

Falaremos dessa morada eterna no céu, se Deus quiser, na próxima meditação.

SEGUNDA PREGAÇÃO

"A nossa meditação de hoje sobre a eternidade não nos exime, certamente, de experimentar com todos os demais habitantes da terra a dureza da prova que estamos vivendo; deveria, porém, ao menos nos ajudar, os fiéis, a não sermos sobrecarregados por ela e a sermos capazes de infundir coragem e esperança também em quem não tem o conforto da fé."

“NÓS ANUNCIAMOS A VIDA ETERNA”
(1 Jo 1,2)

Pater noster...

«Consolai, consolai o meu povo, diz o vosso Deus» (Is 40,1). Com estas palavras de Isaías começou a primeira leitura do Segundo Domingo do Advento. É um convite, na verdade um comando, perpetuamente atual, dirigido aos pastores e pregadores da Igreja. Queremos hoje receber este convite e meditar sobre o anúncio mais consolador que a fé em Cristo nos oferece.

A segunda «verdade eterna» que a situação da pandemia trouxe à tona é a precariedade e a transitoriedade de todas as coisas. Tudo passa: riqueza, saúde, beleza, força física... É algo que todos temos diante dos olhos, todo o tempo. Basta comparar as fotos de hoje – nossas ou de personagens famosos – com as de vinte ou trinta anos atrás, para nos darmos conta. Atordoados pelo ritmo da vida, não fazemos caso de tudo isso, não nos detemos para medir as devidas consequências.

Eis que, de repente, tudo o que dávamos por pressuposto se revelou frágil, como uma fina camada de gelo sobre a qual patinamos alegremente, que, improvisamente, se rompe sob os pés e afundamos. «A tempestade – dizia o Santo Padre naquela memorável bênção *‘urbi et orbi’* de 27 de março passado – desmascara a nossa vulnerabilidade e deixa a descoberto as falsas e supérfluas seguranças com que construímos os nossos programas, os nossos projetos, os nossos hábitos e prioridades».

A crise planetária que estamos vivendo pode ser a ocasião para redescobrir, com certo alívio, não obstante tudo, um ponto firme, um terreno sólido, melhor, uma rocha, sobre a qual fundar a nossa existência terrena. A palavra Páscoa – *Pesach*, em hebraico – significa passagem e, em latim, traduz-se *transitus*. Esta palavra evoca, para si, algo de «passageiro» e de «transitório», portanto, algo de tendencialmente negativo. Santo Agostinho percebeu esta dificuldade e a resolveu de modo iluminante. Fazer a Páscoa, explicou, significa, sim, passar, mas «passar ao que não passa»; significa «passar do mundo, para não passar com o mundo»^[11]. Passar com o coração, antes de passar com o corpo!

O que «nunca passa» é, por definição, a eternidade. Devemos redescobrir a fé num além da vida. É esta uma das grandes contribuições que as religiões podem dar, juntamente com o esforço para criar um mundo melhor e mais fraterno. Ela nos faz compreender que todos somos companheiros de viagem, em caminho rumo a uma pátria comum onde não existem distinções de raça ou nação. Não temos em comum só o caminho, mas também a meta. Com conceitos e em contextos bastante diversos, esta é uma verdade comum a todas as grandes religiões, ao menos àquelas que creem num Deus pessoal. «Quem dele se aproxima deve crer que ele existe e recompensa os que o procuram» (Hb 11,6). Assim a Carta aos Hebreus resume a base comum – e o mínimo denominador comum – de toda a fé e de toda a religião.

Para os cristãos, a fé na vida eterna não se baseia em discutíveis argumentos filosóficos acerca da imortalidade da alma. Baseia-se num facto preciso, a ressurreição de Cristo, e sobre a sua promessa: «Na casa de meu Pai há muitas moradas. (...) vou preparar-vos um lugar. E depois que eu tiver ido preparar-vos um lugar, voltarei e vos levarei comigo, a fim de que, onde eu estiver, estejais vós também» (Jo 14,2-3). Para nós, cristãos, a vida eterna não é uma categoria abstrata, é mais uma pessoa. Significa estar com Jesus, «formar corpo» com ele, partilhar do seu estado de Ressuscitado na plenitude e na alegria da vida trinitária: «*Cupio dissolvi et esse cum Christo*», dizia São Paulo aos seus caros Filipenses: «Desejo partir para estar com Cristo» (Fl 1,23).

Um eclipse de fé

Mas o que aconteceu – perguntamo-nos – à verdade cristã da vida eterna? No nosso tempo, dominado pela física e pela cosmologia, o ateísmo exprime-se sobretudo como negação da existência de um criador do mundo; no século XIX, exprimia-se de preferência na negação de um além. Hegel afirmara que «os cristãos desperdiçam no céu as energias destinadas à terra» ^[12]. Colhendo esta crítica, Feuerbach e sobretudo Marx combateram contra a crença numa vida após a morte, afirmando que ela aliena do empenho terreno. À ideia de uma sobrevivência pessoal em Deus, substituiu-se a ideia de uma sobrevivência na espécie e na sociedade do futuro. Pouco a pouco, com a suspeita, recaíram sobre a palavra «eternidade» o esquecimento e o silêncio.

A secularização fez o resto, ao ponto de parecer até mesmo inconveniente falar ainda de eternidade entre pessoas cultas e que acompanham os tempos. A secularização é um fenómeno complexo e ambivalente. Pode indicar a autonomia das realidades terrenas e a separação entre reino de Deus e reino de César, e, neste sentido, não só não está contra o Evangelho, mas encontra neste uma das suas raízes mais profundas. A palavra secularização pode, contudo, indicar também todo um conjunto de posturas hostis à religião e à fé. Neste sentido, prefere-se usar o termo «secularismo». O secularismo está para a secularização como o cientificismo está para a cientificidade e o racionalismo, para a racionalidade.

Também assim delimitado, o fenómeno da secularização apresenta muitas faces conforme os campos em que se manifesta: teologia, ciência, ética, hermenêutica bíblica, cultura, vida diária. O seu sentido primordial, contudo, é único e claro. «Secularização», como «secularismo», deriva da palavra *saeculum*, que, na linguagem comum, acabou por indicar o tempo presente – «o éon atual», segundo a Bíblia –, em oposição à eternidade – o éon futuro, ou «os séculos dos séculos», como o chama a Escritura. Neste sentido, secularismo é sinónimo de temporalismo, de redução do real à dimensão apenas terrena. Significa eliminação radical do horizonte da eternidade.

Tudo isto teve um claro influxo sobre a fé dos fiéis. Ela tornou-se, neste ponto, tímida e reticente. Quando foi que ouvimos a última pregação sobre

a vida eterna? Tinha razão o filósofo Kierkegaard: «O além tornou-se uma brincadeira, uma exigência tão incerta que não só ninguém mais a respeita, mas, aliás, nem mesmo a projeta. Ao ponto que nos divertimos até em pensar que havia um tempo em que esta ideia norteava toda a existência»^[13]. Continuamos a recitar no Credo: «E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir», mas sem dar muito peso a estas palavras. A queda do horizonte da eternidade tem sobre a fé cristã o efeito que tem a areia jogada sobre uma chama: sufoca-a, apaga-a.

Qual é a consequência prática deste eclipse da ideia de eternidade? São Paulo refere o propósito daqueles que não creem na ressurreição dos mortos: «Comamos e bebamos, pois amanhã morreremos» (1Cor 15,32). O desejo natural de viver *sempre*, deturpado, torna-se desejo, ou frenesi, de viver *bem*, isto é, prazerosamente, também à custa dos outros, se necessário. A terra inteira torna-se o que Dante Alighieri dizia da Itália do seu tempo: «a jaula que nos faz tão ferozes»^[14]. Derrubado o horizonte da eternidade, o sofrimento humano parece duplamente e irremediavelmente absurdo. O mundo assemelha-se a «um formigueiro que se esfarela», e o homem, a «um desenho criado pela onda sobre a beira do mar, que a onda seguinte apaga».

Fé na eternidade e evangelização

A fé na vida eterna constitui uma das condições de possibilidade da evangelização. «E se Cristo não ressuscitou – escreve o Apóstolo –, vã é a nossa pregação, e vã a nossa fé. (...) Se é só para esta vida que pusemos a nossa esperança em Cristo, somos, dentre todos os homens, os mais dignos de compaixão» (1Cor 15,14.19). O anúncio da vida eterna constitui a força e a fixação da pregação cristã. Vejamos o que acontece na primeiríssima evangelização cristã. A ideia mais antiga e difundida no paganismo greco-romano era a de que a verdadeira vida termina com a morte; depois dela, há só uma existência como larvas, num mundo de sombras, evanescente e incolor. São conhecidas as palavras que o imperador romano Adriano aplicou a si mesmo próximo da morte, segundo o epitáfio inscrito sobre a sua tumba:

Pequena alma, terna e flutuante,
hóspede companheira do meu corpo,
vais descer aos lugares
pálidos, duros, nus,
onde terás de renunciar aos jogos de outrora.
Contemplemos juntos, um instante ainda,
as praias familiares,
os objetos que nunca mais veremos.

Para um homem que, em vida, fizera construir para si residências de luxo incrível – deve-se visitar a Villa Adriana, nos arredores de Tívoli, para se dar conta –, esta perspectiva apresentava-se ainda mais desoladora do que para os mortais comuns. Para a própria tumba, tinha edificado o Mausoléu de Adriano, o atual Castelo Sant’Angelo, mas sabia bem que isso não mudava o seu destino de partir rumo a «lugares pálidos e sem jogos».

Nesta perspectiva, compreende-se o impacto que devia ter o anúncio cristão de uma vida após a morte, infinitamente mais plena e luminosa do que a terrena, sem mais luto, nem grito, nem dor (cf. Ap 21,4). Compreende-se também porque o tema e os símbolos da vida eterna – a palma, o pavão, as palavras «*requies aeterna*» – sejam tão frequentes nas sepulturas cristãs das catacumbas.

Ao anunciar a vida eterna, nós podemos apoiar-nos, além da nossa fé, também na correspondência dela com o desejo mais profundo do coração humano. Nós somos, de facto, «seres finitos capazes de infinito» (*ens finitum, capax infiniti*), seres mortais com uma ânsia secreta de imortalidade. A um amigo argentino que lhe censurava, quase como forma de orgulho e presunção, a sua inquietação acerca do problema da eternidade, Miguel de Unamuno – não certamente um apologista do cristianismo – respondeu numa carta:

«Não digo que merecemos um além, nem que a lógica assim o demonstre; digo que precisamos dele, quer o mereçamos ou não, e só. Digo que o que passa não me satisfaz, que tenho sede de eternidade, e que, sem ela, tudo me é indiferente. Preciso dela, preciso dela! Sem ela, não há mais alegria de viver e a alegria de viver nada mais tem a dizer-me. É muito fácil

afirmar: «É preciso viver, é preciso contentar-se com a vida». E aqueles que não se contentam?»^[15]

Não é quem deseja a eternidade – acrescentava o mesmo pensador – que mostra desprezar o mundo e a vida daqui da terra, mas, pelo contrário, quem não a deseja: «Amo tanto a vida que perdê-la me parece o pior dos males. Não amam realmente a vida aqueles que a desfrutam, dia após dia, sem se preocupar em saber se deverão perdê-la totalmente ou não». Santo Agostinho dizia a mesma coisa: «De que serve viver bem, se não se pode viver sempre?»^[16]. «Tudo, exceto o eterno, é vão ao mundo», cantou um poeta nosso^[17]. Aos homens do nosso tempo, que cultivam no fundo do coração esta necessidade de eternidade, sem talvez ter a coragem de o confessar nem a si mesmos, podemos repetir o que Paulo dizia aos Atenienses: «Aquilo que adorais sem conhecer, eu vos anuncio» (cf. At 17,23).

A fé na eternidade como meio de santificação

Uma fé renovada na eternidade não nos serve apenas para a evangelização, isto é, para o anúncio da fé aos outros; serve-nos, primeiramente, para dar um novo impulso ao nosso caminho de santificação. O seu primeiro fruto é o de nos tornar livres, de não nos apegarmos às coisas que passam: que acrescentam o próprio património ou o próprio prestígio.

Imaginemos esta situação. Uma pessoa recebeu ordem de despejo e deve deixar em breve a sua residência. Felizmente, é-lhe apresentada a possibilidade de ter imediatamente uma nova casa. Mas o que faz ele? Gasta todo o seu dinheiro para reformar e decorar a casa que deve deixar, em vez de mobilar aquela para a qual deve ir morar! Não seria tolo? Ora, nós somos todos «despejados» deste mundo e parecemos aquele homem tolo se pensamos apenas em decorar a nossa casa terrena, sem nos preocupar em praticar boas obras que nos acompanharão após a morte.

O esvanecimento da ideia de eternidade age sobre os fiéis, diminuindo neles a capacidade de encarar, com coragem, o sofrimento e as provas da vida. Devemos reencontrar um pouco da fé de São Bernardo e de Santo

Inácio de Loiola. Em cada situação e diante de cada obstáculo, eles diziam a si mesmos: «*Quid hoc ad aeternitatem?*», o que é isto diante da eternidade?

Pensemos num homem com uma balança em mãos: uma dessas balanças (chamadas de libras) que se seguram com apenas uma mão e, de um lado, têm o prato sobre o qual pôr as coisas a serem pesadas e, do outro, uma barra graduada que determina o peso ou a medida. Se cair no chão, ou se se perde a medida, tudo o que se põe no prato levanta a barra e inclina a balança. Tudo o atinge, até um punhado de penas.

Assim somos nós quando perdemos a medida de tudo, que é a eternidade: as coisas e os sofrimentos terrenos deitam facilmente a nossa alma por terra. Tudo nos parece muito pesado, excessivo. Jesus dizia: «Se a tua mão te causa escândalo, corta e lança fora. Se o teu olho te causa escândalo, arranca-o e lança fora. É melhor entrares na vida tendo só uma das mãos ou só um dos olhos do que, tendo os dois, seres lançado à Geena de fogo» (cf. Mt 18,8-9). Mas nós, tendo perdido de vista a eternidade, já achamos excessivo que nos peçam para fechar os olhos diante de um espetáculo imoral, ou de carregar em silêncio uma pequena cruz.

São Paulo ousa escrever: «Com efeito, o momentâneo, leve peso da nossa aflição, produz para nós uma glória incomensurável e eterna. Não temos como objetivo o que é visível, mas o que é invisível, pois o que é visível é passageiro, mas o que é invisível é eterno» (2Cor 4,17-18). O peso da tribulação é «leve» justamente porque é momentâneo, o da glória é ilimitado, justamente porque é eterno. Por isso, o mesmo Apóstolo pode dizer: «Eu penso que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que há de ser revelada em nós» (Rm 8,18).

Muitos perguntam: «Em que consistirá a vida eterna e o que faremos o tempo todo no céu?» A resposta está naquelas palavras apofáticas do Apóstolo: «O que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem entrou no coração do ser humano, é o que Deus preparou para os que o amam» (1Cor 2,9). Se for necessário balbuciar alguma coisa, diremos que viveremos imersos no oceano sem margens e sem fundo do amor trinitário. «Mas não vamos ficar entediados?» Perguntemos aos verdadeiros amantes se estão entediados no auge do seu amor e se não querem que esse momento dure para sempre.

Eternidade: uma esperança e uma presença

Antes de concluir, devemos dissipar uma dúvida que pesa sobre a crença na vida eterna. Para o fiel, a eternidade não é apenas uma promessa e uma esperança, ou, como pensava Karl Marx, um jogar no céu as expectativas desiludidas da terra. Ela é também uma presença e uma experiência. Em Cristo, «a vida eterna que estava junto do Pai manifestou-se». Nós – afirma João – ouvimo-la, vimo-la com os nossos olhos, contemplámo-la e as nossas mãos tocaram-na (cf. 1Jo 1,1-3).

Com Cristo, Verbo encarnado, a eternidade fez uma irrupção no tempo. Fazemos experiência disso cada vez que fazemos um verdadeiro ato de fé em Cristo, porque quem nele crê tem já a vida eterna (cf. 1Jo 5,13); cada vez que recebemos a comunhão, porque nela «nos é dado o penhor da glória futura»; cada vez que escutamos as palavras do Evangelho, que são «palavras de vida eterna» (cf. Jo 6,68). São Tomás de Aquino afirma que «a graça é o início da glória»^[18].

Esta presença da eternidade no tempo chama-se Espírito Santo. Ele é definido como «a garantia da nossa herança» (Ef 1,14; 2Cor 5,5), e foi-nos dado para que, tendo recebido as primícias, aspiremos à plenitude. «Cristo – escreve Santo Agostinho – deu-nos a garantia do Espírito Santo com a qual ele, que de forma alguma poderia enganar-nos, quis deixar-nos seguros do cumprimento da sua promessa. O que ele prometeu? Prometeu a vida eterna, da qual é garantia o Espírito que ele nos deu»^[19].

Entre a vida de fé no tempo e a vida eterna há uma relação análoga àquela que existe entre a vida do embrião no ventre materno e a da criança vinda à luz. Escreve o grande teólogo medieval bizantino Nicolau Cabasilas:

«Este mundo traz em gestação o homem interior, novo, criado segundo Deus, enquanto ele, aqui plasmado, modelado e aperfeiçoado, não for ainda gerado para aquele mundo perfeito que não envelhece. À maneira do embrião que, enquanto se encontra na existência tenebrosa e fluida, a natureza prepara para a vida na luz, assim é com os santos (...). Para o embrião, contudo, a vida futura é absolutamente futura: não lhe chega um

raio de luz sequer, nada que está nesta vida. Mas não assim para nós, a partir do momento em que o século futuro foi como que derramado e misturado neste presente (...). Por isso, desde já é dado aos santos não apenas dispor-se e preparar-se para a vida, mas viver e operar nela»^[20].

Existe uma pequena história que ilustra esta comparação entre a gestação e o nascimento, e permito-me contá-la na sua simplicidade. Havia dois irmãozinhos gémeos, um menino e uma menina, tão inteligentes e precoces que, ainda no ventre da mãe, já conversavam entre si. A menina perguntava ao irmãozinho: «Na tua opinião, haverá vida após o nascimento?». Ele respondia: «Não sejas ridícula. O que te leva a pensar que haja algo fora deste espaço apertado e escuro em que estamos?». A menina, criando coragem: «Quem sabe, talvez exista uma mãe, alguém que nos pôs aqui e que cuidará de nós». E ele: «Estás a ver alguma mãe em algum lugar? O que vês é tudo o que há». Ela de novo: «Mas tu, às vezes, também não sentes uma espécie de pressão no peito que aumenta dia a dia e nos empurra adiante?». «Pensando bem – respondeu ele – é verdade; sinto o tempo todo». «Vês – concluía triunfante a irmãzinha – esta dor não pode ser por nada. Penso que nos esteja a preparar para algo maior do que este pequeno espaço». A Igreja deveria ser essa menina que ajuda os homens a tomar consciência deste seu anseio inconfessado e, às vezes, até ridicularizado.

Devemos absolutamente desmentir também a acusação da qual partiu a suspeita moderna contra a ideia da vida eterna: aquela de que a expectativa da eternidade tira do empenho pela terra e pelo cuidado da criação. Antes que as sociedades modernas assumissem elas próprias o dever de promover a saúde e a cultura, de melhorar as culturas da terra e as condições de vida das pessoas, quem levou adiante esses deveres – e melhor do que aqueles – foram os monges, em primeira fila, que viviam de fé na vida eterna.

Poucos sabem que o *Cântico das Criaturas* de Francisco de Assis nasceu de um suspiro de fé na vida eterna. Assim as *Fontes Franciscanas* descrevem a génese do Cântico. Uma noite, pensando o bem-aventurado Francisco que estava a sofrer tantas tribulações, ficou com pena de si mesmo e disse em silêncio: «Senhor, olha para me socorrer, nas minhas enfermidades, para que eu possa tolerar com paciência». E, de repente, foi-

lhe dito em espírito: «Dize-me, irmão: se alguém, por essas tuas enfermidades e tribulações te desse um tesouro tão grande e precioso que, se toda a terra fosse puro ouro, todas as pedras fossem pedras preciosas, e toda a água fosse bálsamo, todavia tu reputarias e terias por nada tudo isso, por serem matérias: terra, pedras e água, em comparação com o grande e precioso tesouro que te será dado. Não te alegrarias muito?». O bem-aventurado Francisco respondeu: «Senhor, esse tesouro seria grande e impossível de investigar até ao fim, muito precioso e por demais amável e desejável». E disse-lhe: «Então, irmão, alegra-te e rejubila-te bastante nas tuas enfermidades e tribulações, porque de resto podes estar tão seguro como se já estivesses no meu reino».

Ao acordar de manhã, disse aos seus companheiros: «Se um imperador desse um reino inteiro a um seu servo, ele não deveria alegrar-se muito? E se desse todo o império, não se alegraria ainda mais?». E disse-lhes: «Por isso eu tenho que me alegrar agora com as minhas doenças e tribulações e confortar-me no Senhor, e sempre dar graças a Deus Pai e ao seu único Filho nosso Senhor Jesus Cristo, e ao Espírito Santo, por tamanha graça e bênção que me deram, porque, vivendo ainda na carne, por sua misericórdia dignou-se dar-me a certeza do reino, a mim, seu servozinho indigno. Por isso eu quero, para o seu louvor e para nossa consolação e edificação do próximo, fazer um novo Louvor do Senhor pelas suas criaturas, das quais nos servimos todos os dias e sem as quais não podemos viver. E nas quais o género humano ofende muito o Criador, e todos os dias somos ingratos por tão grande graça, porque não louvamos como devemos o nosso Criador e doador de todos os bens». E, sentando-se, começou a meditar e depois a dizer: «*Altíssimo, onipotente, bom Senhor...*»^[21]. O pensamento da vida eterna não lhe tinha inspirado o desprezo por este mundo e pelas criaturas, mas um entusiasmo e uma gratidão ainda maiores por eles e tornara-lhe mais suportável a dor presente.

A nossa meditação de hoje sobre a eternidade não nos exime, certamente, de experimentar com todos os demais habitantes da terra a dureza da prova que estamos a viver; deveria, porém, ao menos ajudar-nos, os fiéis, a não sermos sobrecarregados por ela e a sermos capazes de infundir coragem e esperança também em quem não tem o conforto da fé. Concluamos com uma bela oração da liturgia:

Ó Deus, que unis os corações dos vossos fiéis num só desejo, dai ao vosso povo amar o que ordenais e esperar o que prometeis, para que, na instabilidade deste mundo, fixemos os nossos corações onde se encontram as verdadeiras alegrias. Por Cristo, nosso Senhor^[22].

TERCEIRA PREGAÇÃO

“Ó Rei das nações. Desejado dos povos; Ó Pedra angular, que os opostos unis: Oh, vinde e salvai este homem tão frágil, que um dia criastes do barro da terra!” . Vinde e reerguei a humanidade extenuada pela longa prova desta pandemia.

“Veio morar entre nós”

«Entre vocês existe um que vocês não conhecem!» É o grito triste de João Batista ouvido no Evangelho do Terceiro Domingo do Advento que gostaríamos de receber neste último encontro antes do Natal.

Na memorável mensagem “*Urbi et orbi*” de 27 de março passado na Praça de São Pedro, após ter lido o evangelho da tempestade acalmada, o Santo Padre perguntava-se em que consistia a “pouca fé” que Jesus censurava nos discípulos, e explicava:

Não é que deixaram de crer n’Ele, pois invocam-No; mas vejamos como O invocam: «Mestre, não te importas que pereçamos?» (Mc 4,38). *Não te importas*: pensam que Jesus Se tinha desinteressado deles, que não cuida deles. Entre nós, nas nossas famílias, uma das coisas que mais dói é ouvirmos dizer: «Não te importas comigo». É uma frase que fere e desencadeia turbulência no coração. Terá abalado também Jesus, pois não há ninguém que se importe mais de nós do que Ele.

Podemos perceber também uma outra nuance na reprovação de Jesus. Eles não tinham entendido quem era Aquele que estava com eles no barco; não tinham entendido que, com Ele dentro, o barco não podia afundar porque Deus não pode perecer. Nós, discípulos de hoje, cometeremos o mesmo erro dos apóstolos e mereceremos a mesma reprovação de Jesus se, na violenta tempestade que se abateu sobre o mundo com a pandemia, nos esquecermos de que não estamos sós no barco nem à deriva nas ondas.

A festa do Natal permite-nos alargar o horizonte: do mar da Galileia ao mundo inteiro, dos apóstolos a nós: «E a Palavra fez-Se carne e veio habitar entre nós» (Jo 1,14). O verbo grego no aoristo, *eskenosen* (literalmente,

«fixou a tenda»), expressa a ideia de uma ação cumprida e irreversível. O Filho de Deus desceu sobre esta terra e Deus não pode perecer. O cristão pode proclamar com razão mais forte do que a do salmista:

Deus é nosso refúgio e fortaleza,
socorro sempre encontrado nos perigos.

Por isso, não temeremos, se a terra tremer,
e se as montanhas afundarem no mar (...).

Deus está no seu meio, ela não se abalará (Sl 46,2-4).

«Deus está connosco», isto é, está do lado do homem, é seu amigo e aliado contra as forças do mal. Devemos reencontrar o significado primordial e simples da encarnação do Verbo, para além de todas as explicações teológicas e dos dogmas construídos sobre ela. Deus veio habitar no meio de nós! Quis fazer deste acontecimento o seu próprio nome: Emanuel, Deus-connosco. O que Isaías profetizara: «A virgem ficará grávida e dará à luz um filho, e dar-lhe-á o nome de Emanuel» (Is 7,14), tornou-se realidade.

Devemos, eu dizia, remetermo-nos para antes de todas as controvérsias cristológicas do século V – para antes dos concílios de Éfeso e Calcedónia – para reencontrar o paradoxo e o escândalo encerrados na afirmação: «A Palavra fez-se carne». É interessante voltar a escutar a reação de um pagão culto do século II, que veio a tomar conhecimento daquela afirmação dos cristãos. «Filho de Deus – exclamava o filósofo Celso, horrorizado – um homem vivido há poucos anos? Logos eterno, alguém “de ontem ou anteontem?”, um homem nascido num lugarejo da Judeia, de uma pobre fiandeira?»[23]. Não admira. A união perfeita da divindade e da humanidade na pessoa de Cristo era a maior de todas as novidades possíveis, «a única coisa nova debaixo do sol», como a define São João Damasceno[24].

A primeira grande batalha que a fé em Cristo teve que encarar não foi aquela acerca da sua divindade, mas sobre a sua humanidade e a verdade da encarnação. Na origem desta recusa, estava o dogma de Platão, segundo o qual «nenhum Deus se mistura ao homem»[25]. Santo Agostinho descobriu,

por experiência própria, a raiz última da dificuldade em crer na encarnação, ou seja, a falta de humildade. «Não sendo humilde – escreve nas *Confissões* – eu não compreendia a humildade de Deus»[26].

A sua experiência ajuda-nos a compreender a raiz última do ateísmo moderno e indica-nos o único modo possível de o superar. A partir de Hermann Samuel Reimarus, no século XVIII, tudo foi um assalto à verdade histórica do Evangelho e à divindade de Cristo. Jesus disse: «Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim» (Jo 14,6). Uma vez declarada intransitável esta única via de acesso a Deus, foi fácil passar primeiro ao deísmo e, em seguida, ao ateísmo.

A experiência de Agostinho – eu dizia – indica também a via para superar o obstáculo: depor o orgulho e aceitar a humildade de Deus. «Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos» (Mt 11,25): toda a história da incredulidade humana é explicada por estas palavras de Cristo. A humildade fornece a chave para entender a encarnação. É preciso pouca força para expor-se; é preciso muita, ao contrário, para se colocar de lado e desaparecer. Deus é esta força ilimitada de ocultação de Si mesmo: «Mas esvaziou-Se, assumindo a forma de servo... Humilhou-Se, fazendo-Se obediente até à morte» (Fl 2,7-8).

Deus é amor, por isso é humildade! O amor cria dependência da pessoa amada, uma dependência que não humilha, mas torna felizes. As duas frases «Deus é amor» e «Deus é humildade» são como duas faces da mesma moeda. Mas o que significa a palavra humildade aplicada a Deus e em que sentido Jesus pode dizer: «Aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração» (Mt 11,29)? A explicação é que a humildade essencial não consiste em ser pequeno (pode-se ser pequeno sem, de facto, ser humilde); não consiste em considerar-se pequeno (isso pode depender de uma má ideia de si mesmo); não consiste em proclamar-se pequeno (pode-se dizê-lo sem o crer); consiste em fazer-se pequeno, e fazer-se pequeno por amor, para elevar os demais. Neste sentido, realmente humilde é somente Deus.

Quem é como o Senhor, o nosso Deus, que reina no seu trono nas alturas, mas se inclina para contemplar o que acontece nos céus e na terra?
Ele levanta do pó o necessitado e ergue do lixo o pobre (Sl 113,5-7).

Tinha-o compreendido, sem muitos estudos, Francisco de Assis que, nos seus «Louvores a Deus Altíssimo», em certo ponto, voltado para Deus, diz: «Vós sois humildade!», e, na sua «Carta a toda a Ordem», exclama: «Vede, irmãos, a humildade de Deus»[27]. Eis que Se humilha – escreve numa das suas *Admoestações* – diariamente, como quando veio do trono real ao seio da Virgem[28].

O Natal é a festa da humildade de Deus. Para a celebrarmos em espírito e verdade, devemos tornar-nos pequenos, assim como nos devemos abaixar para entrar pela porta estreita que dá acesso à Basílica da Natividade em Belém.

«No meio de vós está quem não conheceis!»

Mas voltemos ao coração do mistério: «E a Palavra fez-Se carne e veio habitar entre nós». Deus está connosco, irrevogavelmente. Isto é, de agora em diante, o objeto central da profecia cristã. Zacarias saúda o Precursor chamando-o «profeta do Altíssimo» (Lc 1,76) e Jesus diz que ele é «muito mais que profeta» (Mt 11,9). Mas em que sentido João Batista é um profeta? Onde está a profecia, no seu caso? Os profetas bíblicos anunciavam uma salvação futura; João Batista não anuncia uma salvação futura: aponta, ao contrário, para alguém que está presente ali, diante dele. Os profetas antigos ajudavam o povo a ultrapassar a barreira do tempo; João Batista ajuda o povo a ultrapassar a barreira, ainda mais espessa, das aparências contrárias. O Messias tão esperado – aguardado pelos patriarcas, anunciado pelos profetas, cantado pelos salmos – seria, portanto, aquele homem de aspeto e origens tão humildes e ordinárias, do qual tudo se sabe, inclusive a aldeia de origem?

É relativamente fácil acreditar em algo grandioso e divino, quando projetado num futuro indefinido: «naqueles dias», «nos últimos tempos», numa paisagem cósmica, com os céus a derramarem doçura e a terra a abrir-se para germinar o Salvador (cf. Is 45,8). É mais difícil quando se deve dizer: «Ei-lo! É ele!». O homem é tentado a logo dizer: Só isso? «De Nazaré pode sair algo de bom?» (Jo 1,46); «Este, porém, sabemos de onde é» (Jo 7,27).

Este era um dever profético sobre-humano, e compreende-se porque o Precursor é definido «muito mais que profeta». Ele é o homem que aponta para uma pessoa e pronuncia um perentório «Eis, Ei-lo! Eis o Cordeiro de Deus!» (Jo 1,29). Que calafrio deve ter percorrido o corpo daqueles que receberam pela primeira vez tal revelação. Uma poderosa ação do Espírito Santo acompanhava as palavras do Precursor e revelava tal verdade aos corações bem dispostos. Passado e futuro, espera e cumprimento encontravam-se. O arco voltaico da história da salvação fechava-se.

Creio que João Batista nos deixou o seu mesmo dever profético: continuar a gritar: «No meio de vós está quem não conheceis!» (Jo 1,26). Ele inaugurou a nova profecia que não consiste – dizia eu – em anunciar uma salvação futura, mas em revelar a presença de Cristo na história: «Eis que estou convosco todos os dias, até ao fim dos tempos» (Mt 28,20). Cristo não está presente na história somente porque se escreve e se fala continuamente d’Ele, mas porque ressuscitou e vive segundo o Espírito. Não só intencionalmente, mas realmente. A evangelização começa a partir daí.

No tempo do Batista, o que criava dificuldade era o corpo físico de Jesus, a sua carne tão semelhante à nossa, exceto o pecado. Hoje, é sobretudo o seu corpo místico, a Igreja, que cria dificuldade e escandaliza. Tão semelhante ao resto da humanidade, não excluído nem mesmo o pecado! Assim como o Precursor fez reconhecer Cristo sob a humildade da carne aos seus contemporâneos, também é necessário fazê-lo reconhecer hoje na pobreza e miséria da sua Igreja, e na pobreza e miséria da nossa própria vida.

O que Paulo acrescenta a João

Mas devemos acrescentar algo ao que foi dito até aqui. Não importa, de facto, apenas saber que *Deus fez-Se homem*; importa saber também *que tipo de homem Deus Se fez*. É significativo o modo diverso e complementar em que João e Paulo descrevem, cada qual, o evento da encarnação. Para João, ela consiste no facto de que a Palavra era Deus e Se fez carne (cf. Jo 1,1-14); para Paulo, no facto de que «Cristo, existindo em forma divina, assumiu a forma de servo» (cf. Fl 2,5ss). Para João, a Palavra, sendo Deus,

fez-Se homem; para Paulo, «Cristo, de rico que era, tornou-Se pobre» (cf. 2Cor 8,9).

A distinção entre o facto da encarnação e o modo dela, entre a sua dimensão ontológica e aquela existencial, interessa-nos porque lança uma luz singular sobre o problema atual da pobreza e da postura dos cristãos em relação a ela. É de ajuda dar um fundamento bíblico e teológico à opção preferencial pelos pobres, proclamada no Concílio Vaticano II. «Os Padres conciliares – escreveu Jean Guittou, observador leigo no Vaticano II – reencontraram o sacramento da pobreza, isto é, a presença de Cristo sob as espécies daqueles que sofrem»[29].

O «sacramento» da pobreza! São palavras fortes, mas fundamentadas. Se, de facto, pelo *facto* da encarnação, a Palavra, em certo sentido, assumiu cada homem (assim pensavam alguns Padres gregos), pelo modo em que ela se realizou, Ele assumiu, com um título todo particular, o pobre, o humilde, o sofredor. «Instituiu» este sinal, como instituiu a Eucaristia. Assim, Aquele que pronunciou sobre o pão as palavras: «Isto é o meu corpo», pronunciou as mesmas palavras também sobre os pobres. Ele fê-lo quando, falando do que se fez – ou se deixou de fazer – pelo faminto, pelo sedento, pelo prisioneiro, pelo nu e pelo exilado, declarou solenemente: «Foi a mim que o fizestes» e «Foi a mim que o deixastes de fazer» (Mt 25,31ss).

Tiremos a consequência que deriva de tudo isto no plano da eclesiologia. São João XXIII, por ocasião do Concílio, cunhou a expressão «Igreja dos pobres»[30]. Ela reveste-se de um significado que vai além daquele que comumente se entende. A Igreja dos pobres não é constituída apenas pelos pobres da Igreja! Em certo sentido, todos os pobres do mundo – sejam eles baptizados ou não – pertencem a ela. «Mas – contesta-se – não tiveram a fé, nem receberam o baptismo!». É verdade, mas nem mesmo os Santos Inocentes, que festejamos depois do Natal, o tinham recebido. A sua pobreza e sofrimento, se isentos de culpa, aos olhos de Deus, são o seu baptismo de sangue. Deus tem muitas maneiras de salvar, mais do que possamos imaginar, ainda que estas maneiras – sem exceção – «por um modo só por Deus conhecido»[31], passem por meio de Cristo.

Os pobres são «de Cristo», não porque se declaram pertencentes a Ele, mas porque Ele os declarou pertencentes a Si, declarou-os Seu corpo. Isto não quer dizer que basta ser pobre e faminto neste mundo para entrar automaticamente no reino final de Deus. As palavras: «Vinde, benditos de meu Pai» são dirigidas àqueles que cuidaram dos pobres, não necessariamente aos próprios pobres, pelo simples facto de terem sido materialmente pobres em vida.

A Igreja de Cristo é, portanto, imensamente mais vasta do que dizem os números e as estatísticas. Não por simples modo de dizer, ou por triunfalismo – especialmente hoje – fora de lugar. Ninguém, além de Jesus, proclamou: «Todas as vezes que fizestes isso a um destes mínimos que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes» (Mt 25,40), onde o «irmão mínimo» não indica apenas o fiel em Cristo, mas todo o homem.

Daí deriva que o Papa – e com ele os demais pastores da Igreja – seja realmente o «pai dos pobres». É uma alegria e um estímulo para todos nós ver o quanto este papel foi assumido pelos últimos Sumos Pontífices e, de maneira toda particular, pelo pastor que hoje se senta na cátedra de Pedro. Ele é a voz mais fidedigna que se levanta em defesa deles, num mundo que conhece apenas a seleção e o descarte. Ele, com certeza, não «se esqueceu dos pobres»! A Escritura contém uma bênção especial para quem assume o cuidado com o pobre:

Feliz, quem pensa no indigente...

O Senhor o guardará e lhe preservará a vida,
há de fazê-lo feliz na terra,
e não o entregará à fúria dos seus inimigos(Sl 41,2-3).

Sobre Maria e José, lê-se no evangelho que «não havia lugar para eles na hospedaria» (Lc 2,7). Também hoje não há lugar para os pobres na hospedaria do mundo, mas a história mostrou de que lado estava Deus e de que lado deve estar a Igreja. Ir aos pobres é imitar a humildade de Deus, é fazer-se pequeno por amor, para elevar os que estão abaixo.

Mas não nos iludamos: isso é algo que pode ser mais fácil dizer do que fazer. Um antigo Pai do deserto, Isaac de Nínive, deu este conselho àqueles

que são forçados pelo dever a falar de coisas espirituais que ainda não alcançaram com a vida: «Fale dele como alguém que pertence à classe dos discípulos e não com autoridade, depois tendo humilhado a sua alma e feito menor do que qualquer um dos seus ouvintes»[32]. E foi assim que falei sobre isso.

“Nele faremos a nossa morada”

«E a Palavra fez-Se carne e veio habitar entre nós». Antes de concluir, devemos passar do plural ao singular. Não veio genericamente ao mundo, mas pessoalmente, em cada alma que crê. Jesus disse: «Se alguém Me ama, guardará a minha palavra; meu Pai fá-lo-á e nós viremos a ele e nele faremos a nossa morada» (Jo 14,23). Portanto, Cristo não está presente apenas na barca do mundo ou da Igreja; está presente no pequeno barco da minha vida. Que pensamento, se conseguíssemos crer realmente! Santa Isabel da Trindade aí encontrou o segredo da própria santidade. «Parece-me – escrevia a uma amiga – ter encontrado o meu céu aqui na terra, pois o céu é Deus, Deus está na minha alma. No dia em que entendi isso, tudo se iluminou»[33].

Com as restrições impostas ao culto público e à frequência às igrejas, a pandemia poderia ser a ocasião, para muitos, de descobrir que não encontramos Deus apenas indo à Igreja; que podemos adorar Deus «em espírito e verdade» e conversar com Jesus também estando fechados em casa, ou no nosso quarto. O cristão jamais poderá abster-se da Eucaristia e da comunidade, mas, quando isto for impedido por força maior, não deve pensar que a sua vida cristã se interrompeu. Se jamais encontrou Cristo no próprio coração, jamais O encontrará fora, no sentido forte do termo.

Há uma afirmação ousada sobre o Natal, repetida época após época, pela boca de grandes doutores e mestres espirituais da Igreja: Orígenes, Santo Agostinho, São Bernardo, Angelus Silesius e vários outros. Substancialmente, assim reza: «De que me adianta que Cristo tenha nascido uma vez em Belém, de Maria, se Ele não nasce também pela fé no meu coração?»[34]. «Onde é que Cristo nasce, no sentido mais profundo, senão no teu coração e na tua alma?», escreve Santo Ambrósio[35]. «O Verbo de Deus – afirma São Máximo Confessor – quer repetir em todos os homens o

mistério da sua encarnação»[36]. Uma verdade, como se vê, realmente ecuménica.

Ecoando esta mesma tradição, São João XXIII, na mensagem de Natal de 1962, elevava esta ardente oração: «Ó Verbo eterno do Pai, Filho de Deus e de Maria, renovai também hoje, no segredo das almas, o admirável prodígio do vosso nascimento». Façamos nossa esta oração, mas, na situação dramática em que nos encontramos, acrescentemos também a ardente súplica da liturgia natalícia: «Ó Rei das nações, desejado dos povos; Ó Pedra angular, que os opostos unis: Oh, vinde e salvai este homem tão frágil, que um dia criastes do barro da terra!»[37]. Vinde e reerguei a humanidade extenuada pela longa prova desta pandemia.

NOTAS

[1] *Homilias sobre os Evangelhos*, XVII.

[2] *Apotegma do ms. Coislin* 126, n. 58.

[3] Cf. M. Heidegger, *Essere e Tempo*, § 51, Longanesi, Milano 1976, pp. 308ss.

[4] *Ib.* II, c. 2, § 58, p. 346.

[5] Cf. Santo Agostinho, *Sermo Guelf.* 12,3 (Miscellanea Agostiniana, I, pp. 482ss).

[6] *Purgatorio*, XXXIII, 54

[7] Cf. Beda, o Venerável, *Storia ecclesiastica*, II,13.

[8] E. Becker, *Denial of Death*, New York: Free Press. 1973.

[9] Tomás de Celano, *Vida segunda* 217,8.

[10] Cf. S. Gregório de Nissa, *Or. cat.*, 32 (PG 45,80).

[11] Cf. Santo Agostinho, *Trattati su Giovanni* 55,1 (CCL 36, pp. 463ss).

[12] Cf. G.W.F. Hegel, *Frühe Schriften*, 1, in *Gesammelte Werke*, 1, Amburgo 1989, p. 372.

[13] Cf. S. Kierkegaard, *Postilla conclusiva*, 4 (in *Opere*, cit., 458).

[14] Cf. *Paradiso*, XXII, 151.

[15] Cf. Miguel de Unamuno, “Cartas inéditas de Miguel de Unamuno y Pedro Jiménez Ilundain”, a cura di H. Benítez, *Revista de la Universidad de Buenos Aires* 3 (9/1949) 135.150.

- [16] Cf. Santo Agostinho, *Trattati sul Vangelo di Giovanni*, 45,2 (PL 35, 1720).
- [17] Cf. A. Fogazzaro, “A Sera”, in *Le poesie*, Mondadori, Milano 1935, 194-197.
- [18] Cf. São Tomás de Aquino, *Somma teologica*, II-II, q. 24, a. 3, ad 2.
- [19] Cf. Santo Agostinho, *Sermo* 378, 1 (PL 39, 1673).
- [20] Cf. N. Cabasilas, *Vita in Cristo*, I, 1-2, a cura di U. Neri, UTET, Torino 1971, 65-67
- [21] *Legenda Perusina* 43.
- [22] Oração do 21º Domingo do Tempo Comum.
- [23] Cf. Orígenes, *Contra Celso*, I,26.28; VI,10.
- [24] *De fide orthodoxa*, 45.
- [25] Cf. Platão, *Simposio*, 203º; cf. Apuleio, *De deo Socratis*, 4: “*Nullus deus miscetur ho minibus*”
- [26] *Confissões*, VII, 18.24).
- [27] Carta a toda a Ordem, 28.
- [28] Admoestações 1,16.
- [29] Cf. J. Guitton, citado por R. Gil, *Presencia de los pobres en el concilio*, in “*Proyección*” 48, 1966, p. 30
- [30] In AAS 54, 1962, p. 682.
- [31] *Gaudium et spes*, 22.
- [32] Isaac de Nínive, *Discursos ascéticos*, 4.

[33] Cf. Carta 107 à Condessa De Sourdon (1902).

[34] Cf. Orígenes, *Commento al vangelo di Luca* 22,3 (SCh 87,p. 302); Angelo Silesio, *Il Pellegrino cherubico*, I, 61: “Wird Christus tausendmal zu Bethlehem geboren / und nicht in dir: du bleibst noch ewiglich verlorn”

[35] Cf. Santo Ambrósio, *In Lucam*, 11,38.

[36] Cf. São Máximo Confessor, *Ambigua* (PG 91,1084).

[37] Antífona das Vésperas de 22 de dezembro.